



ANTROPOFILOSOFIA DAS SEXUALIDADES MASCULINAS PERIFÉRICAS: AUTOETNOGRAFIAS E OXÍMORO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

ANTROPOFILOSOFÍA DE LAS SEXUALIDADES MASCULINAS PERIFÉRICAS: AUTOETNOGRAFÍAS Y EL OXÍMORON DE LA OBSERVACIÓN PARTICIPANTE

Anthropophilosophy of Peripheral Masculine Sexualities: Autoethnographies and the Oxymoron of Participant Observation

Rafael Ademir Oliveira de Andrade ¹

Guilherme Henrique Vieira Priotto Pinheiro ²

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão teórica acerca das relações entre autoetnografia, observação participante e estudos sobre sexualidades masculinas, discutindo os limites epistemológicos e metodológicos da produção de conhecimento quando o pesquisador compartilha experiências, práticas e universos simbólicos com os interlocutores da pesquisa. O trabalho configura-se como um estudo exploratório de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica temática de caráter associativo, mobilizando contribuições da antropologia, sociologia das sexualidades, filosofia e estudos de gênero. A análise articula autores que discutem corporalidade, subjetividade, regimes de verdade e reflexividade na pesquisa social, buscando problematizar o lugar do pesquisador implicado nas dinâmicas investigadas. A partir desse percurso, discute-se o que se denomina de “oxímoro da observação participante”, isto é, o paradoxo que emerge quando a experiência vivida do pesquisador atravessa o processo de investigação. Argumenta-se que a autoetnografia pode constituir um dispositivo analítico relevante para explicitar tais implicações e ampliar a reflexividade nas ciências sociais, especialmente nos estudos sobre masculinidades e sexualidades. Conclui-se que reconhecer a dimensão experiencial e corporal da produção de conhecimento contribui para uma abordagem mais crítica e situada de fenômenos sociais complexos.

Palavras-chave: Autoetnografia; Masculinidades; Sexualidade; Observação participante; Antropologia da sexualidade.

Resumen: Este artículo propone una reflexión teórica sobre las relaciones entre autoetnografía, observación participante y estudios de las sexualidades masculinas, discutiendo los límites epistemológicos y metodológicos

¹ Sociólogo e Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Pesquisador-Bolsista do Programa Aficionados por Ciência Afya Nacional, Professor Adjunto do curso de Medicina do Centro Universitário São Lucas e Pesquisador do INCT CONEXAO (Fiocruz-RO), orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1047-3499>, lattes: <https://lattes.cnpq.br/3790116411091463> e-mail profrafaelsocio@gmail.com.

² Graduando em Medicina pelo Centro Universitário São Lucas, Pesquisador-Bolsista Júnior do Programa Aficionados por Ciência Afya Nacional. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0925-4415>, E-mail: gui-pinheiro@hotmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4957281562386260>.

de la producción de conocimiento cuando el investigador comparte experiencias, prácticas y universos simbólicos con los interlocutores de la investigación. El trabajo se configura como un estudio exploratorio de enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica temática de carácter asociativo, que articula aportes de la antropología, la sociología de las sexualidades, la filosofía y los estudios de género. El análisis moviliza autores que abordan la corporalidad, la subjetividad, los regímenes de verdad y la reflexividad en la investigación social, problematizando el lugar del investigador implicado en las dinámicas estudiadas. A partir de este recorrido se discute el denominado “oxímoron de la observación participante”, entendido como el paradojo que emerge cuando la experiencia vivida del investigador atraviesa el proceso investigativo. Se sostiene que la autoetnografía puede constituir un dispositivo analítico relevante para explicitar estas implicaciones y ampliar la reflexividad en las ciencias sociales, especialmente en los estudios sobre masculinidades y sexualidades. Se concluye que reconocer la dimensión experiencial y corporal en la producción de conocimiento contribuye a una comprensión más crítica y situada de fenómenos sociales complejos.

Palabras clave: Autoetnografía; Masculinidades; Sexualidad; Observación participante; Antropología de la sexualidad.

Abstract: This article develops a theoretical reflection on the relationships between autoethnography, participant observation and studies on male sexualities, discussing the epistemological and methodological limits of knowledge production when researchers share experiences, practices and symbolic universes with their research interlocutors. The study adopts an exploratory qualitative approach based on an associative thematic literature review, drawing on contributions from anthropology, sociology of sexualities, philosophy and gender studies. The analysis mobilizes authors who discuss embodiment, subjectivity, regimes of truth and reflexivity in social research, in order to problematize the position of the researcher involved in the dynamics under investigation. From this perspective, the article discusses what is termed the “oxymoron of participant observation”, referring to the paradox that emerges when the lived experience of the researcher intersects with the research process. It is argued that autoethnography can function as a relevant analytical device for making such implications visible and for expanding reflexivity in the social sciences, particularly in studies on masculinities and sexualities. The paper concludes that recognizing the experiential and embodied dimensions of knowledge production contributes to a more critical and situated understanding of complex social phenomena.

Keywords: Autoethnography; Masculinities; Sexuality; Participant observation; Anthropology of sexuality.

INTRODUÇÃO: OBSERVAÇÃO AUTO-PARTICIPANTE E OXÍMORO CIENTÍFICO

Ao receber a boa notícia de que um projeto que envolve masculinidades e o uso de remédios para maior eficiência sexual entre jovens periféricos seria contemplado com bolsas, fui abordado por uma colega pesquisadora (de outra área) sobre como essa pesquisa seria desenvolvida. Em tom de brincadeira, curiosidade e questionamento real sobre a intersecção entre objeto/sujeito da pesquisa, ela me questionou se eu iria tomar os remédios que descrevi em meu projeto inicial. Respondi brincando que, em idos de 2008 a 2011, quando estudei o uso ritualístico da ayahuasca, fiz a ingestão do chá em diversas religiões e que faria o mesmo nesta pesquisa.

Todos nós que ali estávamos rimos da minha resposta, mas em meu íntimo fiquei pensativo. Resolvi pegar meus livros, fichamentos antigos e adicionar novas leituras. A partir disso, aproximei-me dos estudos sobre feitiçaria e adivinhação como um contraponto ao meu tema central, guiado pela seguinte indagação: para estudar a feitiçaria, o antropólogo deve se permitir enfeitiçar? Toda a escrita deste projeto, já em sua fase de finalização, foi conduzida pelo fio condutor dessas reflexões.

Favret-Saada (1990) estabelece uma crítica ao trabalho etnográfico de seu tempo ao apontar que as escolas francesas, em meados de 1940-60, de etnologia-grafia se dedicavam quase que exclusivamente à observação, possivelmente com a herança do cartesianismo científico. Ironicamente, tal separação entre sujeito-objeto da pesquisa foi combatida amplamente pelo também francês Pierre Bourdieu (1989), quando este debate a noção de habitus enquanto uma cultura que cria cultura a partir dos sujeitos, sendo impossível (ou no máximo artificial) a separação entre pesquisador e seu campo de atuação. Mais à frente, Latour e Woolgar (1997) estabeleceram que a cultura e a política se manifestam inclusive em espaços frios e controlados como os laboratórios de pesquisa experimentais, reforçando a tese de que a separação entre sujeito e objeto é ilusória, até mesmo quando o tema de pesquisa é um microscópico.

Retomando a etnologia, observa-se na vertente alemã alguma intenção de participar, de realizar uma observação participante de fato, quando Favret-Saada (1990) analisa a produção sobre rituais, feitiços e adivinhações, ao passo que esta escola etnográfica busca participar de rituais e consultar seus futuros enquanto pesquisadores. A questão é que quando o pesquisador que busca utilizar tal metodologia (observação participante) não emerge no espaço (geográfico e/ou simbólico) que está estudando, ele tende a alcançar respostas que visam: (a) organizar como as coisas são feitas (quem enfeitiça quem, como funciona, o que acontece); ou (b) definir o inobservável como um erro, ou seja, uma falha da “evolução cultural” daquele grupo que ainda responde a elementos de sua vida com credices. O que a autora propõe é outra abordagem que rompe com isso: “Como se pode ver, todas essas confusões giram em torno de um ponto comum: a desqualificação da palavra nativa, a promoção daquela do etnógrafo” (Favret-Saada, 1990, p. 02).

Ainda dialogando com esta autora (1990) senti em 2008 algo parecido com que ela sentiu em idos de 1950-60 quando fui pesquisar religiões que utilizam a ayahuasca em seus rituais: muitos grupos percebem os cientistas enquanto aqueles que roubam conhecimentos ou

que saem do campo com uma percepção de sua superioridade. Assim como eu tive que comungar da ayahuasca para romper certas barreiras do campo, Favret-Saada caiu na mesma malha e escutava dos camponeses do Bocage “‘Feitiço, quem não pegou não pode falar disso’ ou ‘a gente não pode falar disso com eles’” (Favret-Saada, 1990, p. 03). Em outros termos, apenas imergindo na prática é que podemos entender (ou ter acesso) às estruturas nodais de significados.

Da mesma forma que a etnóloga nunca foi interpelada por ser pesquisadora e sim por ser alguém tocada pelos feitiços, nas religiões ayahuasqueiras nunca fui interpelado por ser pesquisador, mas sim por ser alguém que poderia alcançar alguma evolução espiritual, pessoal ou social naqueles espaços religiosos. Seus diários de campo sobre os rituais e encontros de feitiçaria tinham dois objetivos: buscar responder às demandas de seus contatos e recriar tais contextos posteriormente, quando a “força da feitiçaria” já tivesse diminuído ou se dissipado. Entretanto, fazia-se necessário vive-lo, visto que, apenas na condição de enfeitado (ou usuário, ou religioso, ou outro) é que os sentidos que não possuem significados são interconectados. Nas práticas humanas existem elementos que possuem significados apenas para os praticantes, imersos no processo, sendo o papel de relator um espaço diminuto frente ao de participante.

Esta imersão é chamada por Favret-Saada (1990) de afetação. Ser afetado, no sentido de afeto, empatia. A autora aponta quatro itens onde afirma que ser afetado é importante para o desenvolvimento de uma etnografia: (1) a comunicação etnográfica ordinária - uma fala verbal e intencional - é uma forma pobre de comunicação, de A para B, não fornecendo elementos fundamentais da prática não-verbal da existência humana.

As partes mais ricas da etnografia ocorrem neste afeto: nunca me esquecerei quando, em trabalho de campo em terra indígena, uma senhora de mais idade chamou uma moça jovem de avó espontaneamente e eu finalmente pude entender relações de afeto, cuidado e parentesco que antes só via em livros, (2) o pesquisador deve buscar uma divisão interna (*schize*) que se estabelece entre viver a experiência de fato e ter em si a percepção de que está ali trabalhando, (3) não é possível analisar a situação no momento em que a vivenciamos e estamos repletos de emoções, neste momento é fundamental relatar (em seu diário de campo, logo após o fato ou se possível durante, desde que não atrapalhe o contexto - particularmente, sempre relatei logo após o fenômeno) e (4) quando se está afetado pelo tema, tende-se a quebrar certos paradigmas científicos previamente existentes.

Considerando a discussão acima, o presente artigo é uma reflexão antropofilosófica sobre as masculinidades periféricas, eficácias sociais e seus rituais, tendo como procedimento metodológico, além da revisão bibliográfica por livre associação temática, a autoetnografia, onde seus limites são utilizados como ferramentas discursivas para se ampliar o campo do debate etnológico sobre o tema na região Amazônica do Brasil.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

O presente artigo configura-se como um estudo de natureza qualitativa e exploratória, estruturado a partir de uma reflexão teórica fundamentada em revisão bibliográfica de caráter associativo por temática. A estratégia metodológica parte da articulação entre referenciais provenientes da antropologia, sociologia das sexualidades, filosofia e estudos de masculinidades, buscando estabelecer conexões interpretativas entre diferentes campos do conhecimento. A revisão não se orienta por critérios sistemáticos de metanálise, mas por um percurso analítico que privilegia aproximações conceituais capazes de iluminar o problema discutido: a relação entre pesquisador, experiência vivida e produção de conhecimento nas investigações sobre sexualidades masculinas.

Nesse sentido, foram mobilizados autores clássicos e contemporâneos que discutem observação participante, autoetnografia, corporalidade, subjetividade e regimes de verdade na produção científica. O procedimento analítico consistiu na leitura interpretativa das obras selecionadas, seguida da organização temática dos argumentos, buscando identificar convergências, tensões e deslocamentos conceituais relevantes para o debate proposto. A partir desse movimento, construiu-se um exercício reflexivo que articula literatura especializada e experiências narrativas, explorando o potencial heurístico da autoetnografia como dispositivo de problematização epistemológica. Assim, a metodologia adotada privilegia uma abordagem ensaística e crítica, orientada pela interpretação teórica e pela construção de relações conceituais entre experiência, sexualidade e prática científica.

QUESTÕES NORTEADORAS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, iremos debater tanto as reflexões teóricas sobre o tema quanto as experiências autoetnográficas vividas no processo de construção do objeto da pesquisa e dos pesquisadores.

Norma e desvio na masculinidade

Em sua obra clássica *Outsiders* (Becker, 2008), o sociólogo norte-americano Howard Becker propõe uma abordagem interacionista para compreender o desvio, rompendo com as explicações essencialistas ou meramente patológicas. Para Becker (2008), o desvio não reside na ação em si, mas na reação social a essa ação. Ou seja, uma conduta só é considerada desviante quando é rotulada como tal por um grupo social que detém poder de definição de normas. Becker afirma:

Desvio não é uma qualidade do ato cometido pela pessoa, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um 'infrator'. O desviante é aquele a quem o rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é comportamento que as pessoas rotulam como tal (Becker, 2008, p. 09)

Essa perspectiva desloca o foco da análise do desvio para o processo de construção social das normas e da rotulação. Assim, o que é considerado normal ou desviante depende do contexto histórico, cultural e relacional, do grupo em que o sujeito está inserido. O que seria desvio ou norma para evangélicos não seria, por exemplo, para religiosos de cultos da matriz afro-brasileira. Grupos sociais distintos podem ter entendimentos divergentes sobre o que é aceitável, sendo que os grupos com maior poder simbólico ou institucional tendem a impor suas definições sobre os demais - cabe aqui uma análise socioantropológica sobre quem estabeleceria as definições do que é poder, masculinidade e outros elementos sociais.

Ao enfatizar o papel da rotulagem, Becker (2008) evidencia como o desvio é frequentemente o produto de interações sociais desiguais, onde certos indivíduos ou grupos, especialmente os marginalizados, são mais propensos a serem rotulados como desviantes. Isso revela não apenas os limites da norma, mas também sua função de controle social, reforçando hierarquias e estigmas.

As noções de norma e desvio, conforme trabalhadas por Howard Becker (2008), nos permitem olhar para os modos como a masculinidade é construída, regulada e sancionada socialmente, especialmente no ocidente capitalista, estrutura da modernidade que compartilham as pessoas analisadas no projeto que é motor desta escrita. Ao deslocar o foco da essência do ato para os processos de rotulação, Becker desestabiliza qualquer leitura fixa sobre comportamentos desviantes, sugerindo que a transgressão é menos uma qualidade intrínseca e mais o resultado de um julgamento coletivo ancorado em sistemas normativos historicamente situados.

No campo da masculinidade, essa abordagem permite questionar: quem define o que é ser "homem de verdade"? Quais condutas são legitimadas como próprias da norma masculina e quais são relegadas ao campo do desvio? A heteronormatividade, o desempenho sexual, o autocontrole emocional, a força física (vinculada biologicamente com a questão da testosterona alta - onde entramos nos debates sobre uso de anabolizantes e outros agentes exógenos) e a agressividade compõem um ideal hegemônico de masculinidade que atua como uma espécie de régua invisível para medir e classificar os sujeitos.

As periferias constituem espaços privilegiados para a observação das dinâmicas de produção e regulação das masculinidades, uma vez que nelas se intensificam tanto os dispositivos de normatização quanto as experiências de desvio (Becker, 2008). Nesses contextos, marcados por desigualdades estruturais, a masculinidade tende a ser afirmada por meio de performances de virilidade, eficácia e reconhecimento entre pares, operando como capital simbólico em disputas locais (Bourdieu, 1999).

A escassez material e a marginalização institucional não eliminam tais exigências, mas, ao contrário, as radicalizam, fazendo com que o corpo masculino se torne um dos principais territórios de validação social. Nesse sentido, a virilidade sexual e a produtividade laboral, conforme apontado por Zanello (2018), assumem centralidade como critérios de pertencimento e valor. Ao mesmo tempo, tais performances são atravessadas por regimes de vigilância difusos, nos termos de Foucault (1977), em que os próprios sujeitos internalizam e reproduzem normas de masculinidade. Assim, as periferias não devem ser compreendidas apenas como espaços de carência, mas como territórios de intensa produção simbólica, onde masculinidades são continuamente negociadas, tensionadas e reconfiguradas.

Tal como propõe Becker (2008), a norma só existe na medida em que alguém tem o poder de aplicá-la, e, no caso da masculinidade, trata-se de uma norma produzida e reproduzida dentro de um campo de poder marcado por disputas simbólicas e materiais que permeiam a própria existência do capitalismo e de suas heranças materiais/simbólicas, assim como descreve Engels (2019) quando vai estabelecer como a família (e o poder masculino) é elemento base para a continuidade do capitalismo a partir da manutenção da virgindade feminina e controle sobre a prole.

A rotulação, nesse contexto, não apenas estigmatiza aqueles que se desviam da masculinidade normativa, como homens gays, sensíveis, pobres, racializados ou com baixa performance sexual, mas também reforça os contornos do que é considerado o "normal". Assim,

o desvio opera como um espelho que revela a própria artificialidade e fragilidade da norma, já que é na tentativa de excluí-lo que os parâmetros do aceitável se tornam visíveis.

Desse modo, o que é chamado de "masculinidade tóxica", por exemplo, não nasce como desvio, mas como norma dominante; é somente diante da crítica feminista e dos movimentos sociais que certos comportamentos, outrora celebrados, passam a ser nomeados como problemáticos. Há, portanto, uma instabilidade constitutiva nos significados do desvio, que pode ser ressignificado conforme a correlação de forças sociais.

Ao tomar Becker (2008) como referência, é possível compreender a masculinidade não como uma entidade estável, mas como uma norma em constante disputa, que produz seus desvios à medida que se consolida, incluindo-se mais recentemente a inserção da internet na construção deste padrão social. Assim, pensar a masculinidade sob a ótica do desvio é também interrogar os dispositivos de poder que sustentam a própria ideia de normalidade, abrindo espaço para formas plurais de existir que escapam aos padrões historicamente impostos.

As noções de norma e desvio, conforme formuladas por Howard Becker (2008), e a análise da dominação masculina proposta por Pierre Bourdieu (1999), permitem compreender como a masculinidade é construída socialmente como referência normativa, e como certos modos de existência masculina são marcados como desvios. A masculinidade, nesse sentido, opera como um sistema que classifica e hierarquiza condutas, afetos e corpos. Segundo Becker (2008), a conduta desviante não é definida por seu conteúdo intrínseco, mas pela reação social que a rotula como tal. Atribui-se o rótulo de desviante àqueles que violam normas estabelecidas por grupos com poder de definição. Como afirma o autor, “desvio não é uma qualidade do ato cometido pela pessoa, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’” (Becker, 2008, p. 12).

A masculinidade normativa se estabelece a partir desse processo. Certas condutas, heterossexualidade, agressividade, virilidade, autocontrole emocional, são elevadas à condição de padrão, enquanto outras são interpretadas como inadequadas ou inferiores. A rotulação recai especialmente sobre sujeitos cujas expressões de gênero ou sexualidade não correspondem ao modelo dominante, como homens homossexuais, sensíveis, racializados ou de baixa renda. Bourdieu (1999) analisa essas classificações a partir da ideia de violência simbólica. Argumenta que a dominação masculina se sustenta em disposições socialmente incorporadas que fazem com que a hierarquia entre os sexos seja vivida como legítima e natural.

O poder não se impõe apenas por coerção explícita, mas por meio de estruturas que moldam a percepção do mundo e a relação dos sujeitos com ele. Bourdieu observa: “A dominação masculina se impõe tão profundamente que se encontra no próprio corpo das mulheres e dos homens, nas maneiras de andar, de falar, de se comportar” (Bourdieu, 1999, p. 58).

A articulação entre Becker (2008) e Bourdieu (1999) permite entender que a masculinidade funciona como uma norma socialmente instituída, reforçada por mecanismos de rotulação e por esquemas incorporados que produzem e reproduzem distinções. A rotulação de certos modos de ser homem como desvios reforça os limites da masculinidade aceita, ao passo que a interiorização dessas distinções pelos próprios sujeitos contribui para sua naturalização.

A fuga desviante é punida (o homem pune mulheres com 60 murros no elevador, pune a si mesmo com altos índices de suicídio masculino, é punido por outros homens com estupro coletivo no sistema carcerário) das mais variadas formas como forma de recuperação de uma masculinidade perdida cuja perda foi causada pelas ações do sujeito ou de terceiros.

A masculinidade hegemônica, portanto, é construída a partir da exclusão e da diferenciação. A norma só se sustenta na medida em que define aquilo que deve ser excluído dela. Com isso, o desvio não é apenas aquilo que está fora da norma, mas o que permite à norma reafirmar sua existência.

Homoafetividade/heterossexualidade: mulher, intimidade e prazer masculino

Partimos da defesa da tese de que os homens héteros são homoafetivos e heterossexuais. Ao passo que compartilham espaços de intimidade com outros homens - dentro da casa dos homens (Welzer-Lang, 2001) - visualizam a mulher enquanto objeto puramente sexual, colocando-as em um espaço exótico, distante, de desafio e, eventualmente, ao passo de uma violência física ou simbólica. Em síntese: mulheres ainda são vistas como objetos sexuais (passíveis de traição ou não, com retiros político-espirituais para “ensinar como não trair”) e outros homens são vistos como lugares afetivos desejados.

A monossexualidade da casa dos homens (Welzer-Lang, 2001) é o espaço onde as mulheres são colocadas como o não-ser da masculinidade, espaço franco para o desenvolvimento da misoginia (Baére, Zanello, 2020). Em outros termos, ser homem é aprender a se aproximar de outros homens ao passo que se distancia do que seria mulher/feminino.

Ademais, ser uma pessoa frágil, aberta e acolhedora são alguns dos elementos supostamente femininos negados para a masculinidade ideal.

O conceito de virilidade sexual compulsória, segundo Zanello (2018), se estrutura a partir de uma tensão entre dois polos e é um exemplo da discussão dos parágrafos acima. De um lado, há um aspecto considerado "positivo", que se refere à exigência de que o homem demonstre, de forma reiterada, um desempenho sexual ativo e potente, como se a masculinidade estivesse sempre à prova por meio da prática sexual. Do outro lado, há o "negativo", que se refere à proibição ou recusa de tudo aquilo que possa sugerir fragilidade ou colocar em dúvida essa virilidade, elemento associado ao aspecto feminino da organização social.

Nesse jogo de afirmação e negação, a figura do "verdadeiro homem" seria aquela que se vincula ao papel de quem penetra, o que reforça a associação da masculinidade à dominação pelo exercício do poder (Bourdieu, 1999). Qualquer experiência que envolva a penetrabilidade masculina é então rejeitada, pois seria interpretada como perda de status, como uma quebra da lógica social que sustenta o homem em sua posição de “macho”.

Cabe à mulher, ou melhor, seus corpos, o status de lugar de usufruto e de penetração dos homens. É muito comum ver em fóruns e páginas de redes sociais a utilização de termos como “depósito” (de esperma) para falar das mulheres nas narrativas de jovens adeptos da cultura misógina quando fazemos uma etnografia virtual de seus discursos (Andrade *et al.*, 2025) que levam inexoravelmente à violência direta ou indireta, com sangue ou sem sangue, mas que violam direitos em diversas esferas.

Assim sendo, entender o espaço da mulher na ideologia daqueles que compartilham tais crenças (passando do *redpill* até o piadista do frango assado de domingo) está relacionada não a um status de igualdade, mas de submissão ou de sub-humanidade. É justamente posicionar mulheres enquanto seres “menos humanos” que permite que elas sejam assassinadas em escala cada vez mais crescente (Cerqueira; Bueno, 2025).

Eficácia, fármacos e saúde integral do homem

Em “A Microfísica do Poder”, Foucault (1977) nos dá uma importante dica para entendermos os elementos de organização dos papéis de gênero e sua relação com a sexualidade na contemporaneidade. As práticas disciplinares são elementos que marcam a mudança de um elemento repressivo com grande apelo normativo para comportamentos que são autogerados e autorregulados pelas pessoas e, adiciono, pelos grupos sociais em que o sujeito se inclui.

Na análise da questão da eficácia, tanto sexual quanto laborativa, é importante entendermos que a casa dos homens (ver tópico 1.3) enquanto estrutura de formação da masculinidade é espaço onde tais referências de eficácia são delimitados: o que é ser eficaz para esses grupos online e para os homens em geral, dentro de seus recortes socioculturais específicos? O debate deste texto, dentro de seu recorte (jovens periféricos) tentará responder tal questão.

Noutros termos, o que constitui a eficácia masculina e quais parâmetros a definem são elementos estabelecidos pela masculinidade dominante. Assim, sujeitos que não correspondem a tais performances (sociais e imagéticas, não de fato concretas) são colocados à margem do campo masculinista, sendo associados às mulheres — taxados como "coisa de menina" — ou à homoafetividade. Nesta seção iremos debater a eficácia sexual e a laborativa como principais formas de definir, para estes grupos, o que é masculinidade em seus termos positivos (alfa, dominante), de acordo com Zanello (2018).

Díaz (2024) traz outra discussão sobre o tema ao apontar que o avanço da tecnologia permitiu um entrelaçamento entre corpo e fármacos em nível molecular. Dessa forma, a eficácia masculina na questão sexual — traduzida em uma ereção peniana com duração e vigor suficientes para a ejaculação — é facilitada por remédios para impotência, os quais operam como grande signo dessa fusão. Segundo Díaz, tais remédios para disfunção erétil “aumentam o fluxo sanguíneo no pênis, provocando tumescência e uma ‘rigidez peniana visivelmente perceptível’ (Caderno de campo, 2 de dezembro de 2021, Ciutat Vella)” (Díaz, 2024, p. 04). Neste mesmo artigo sobre prática sexual e uso de drogas entre homens da comunidade LGBTIAQ+ o autor aponta que a busca pela eficácia masculina causa danos para a saúde como um todo: desde a disseminação maior de IST/DSTs entre esses grupos que fazem uso correlato, até adoecimentos causados pela utilização destes fármacos sem prescrição médica. Todavia, o mesmo autor aponta elementos positivos em si e de interlocutores na utilização de fármacos variados (como a Quetiapina associada ao Viagra), que levam a uma mescla de sensações sobre corpo, alma e sensação temporal, além de questões (Díaz, 2024).

A eficácia sexual perpassa a vida do homem-menino. São muitas as partes da existência que marcam o passar deste tempo como tamanho do órgão sexual, expansão da capacidade de manter o órgão rígido, número de relações ativas realizadas e com diversidade de parceiras/os. Esses números sempre são aumentados nas rodas de conversa entre homens e tende a ser o elemento central mesmo em grupos mais conservadores como pais e filhos. Lembro de uma

conversa entre meu pai e seus amigos - eu estava na beira de um igarapé brincando na água - quando um deles perguntou se meu pai já tinha me levado ao “Puteiro” (lugar de prostituição) e meu pai disse que ia deixar eu passar por aquilo por mim mesmo. Esta minha experiência reforça como a sexualidade começa cedo e, desde muito jovens, aprendemos que amor e sexo não devem se misturar e mais, que se é homem quando se consegue “chegar a algum lugar” - que é ejacular no corpo feminino.

Díaz (2024) traz o conceito de farmacosexo, que é quando não se busca o ápice apenas pela ejaculação/orgasmo, mas pela mistura de sensações que a utilização de fármacos permite na percepção humana, centrado no corpo e distorções de outras percepções. Segundo o mesmo, as “interações bioquímicas envolvendo transportadores de serotonina e enzimas influenciadas por inibidores de PDE5 (fosfodiesterase tipo 5) foram traduzidas em uma experiência profundamente tátil, na qual o toque se tornou transformador, abrindo novos caminhos de sensação” (Díaz, 2024, p. 6). Precisamos pensar isso fora do contexto das práticas sexuais experimentadas e registradas pelo autor. Em geral, assim como ilustra o meu relato pessoal acima, a masculinidade heterocisnormativa tradicional perpassa pela busca da ereção visando à ejaculação e ao gozo masculino.

Considerando alguns elementos, principalmente a ampliação da liberdade sexual feminina, há a necessidade de modificar os esquemas analíticos da performance sexual masculina. É preciso ter mais tempo para a relação sexual, “fazer a mulher” chegar ao orgasmo e conhecer a anatomia feminina, ou seja, tudo aquilo que era de interesse apenas feminino passa a ser masculino também. Neste contexto, o farmacosexo (Díaz, 2024) é utilizado não para ampliar as percepções sobre corpo-intimidade-tempo-união, mas para pensar a eficácia pura (durabilidade do ato/dureza do membro).

Dialogando com Foucault, Díaz (2024) afirma que o uso de fármacos ou outras práticas, como o sadomasoquismo, podem dessexualizar o ato sexual, conferindo-lhe outra função social que não o prazer. Como isso opera na questão da masculinidade dominante aqui debatida? Falaremos agora sobre a eficácia laboral.

A maneira como os homens se relacionam com o trabalho tem um peso central na construção de suas identidades - especialmente na lógica de acumulação do capital, da impossibilidade de entendimento sobre a criação de capital pela exploração da mais valia e a sujeição do humano liberal à falsa ideia do *selfmade man/woman*. Isso porque, conforme aponta

Zanello (2018), o trabalho compõe, junto com a virilidade sexual, um dos dois pilares do chamado dispositivo da eficácia.

Assim, mesmo quando um homem não corresponde às expectativas sociais ligadas ao desempenho sexual, ele ainda pode ser reconhecido como “homem de valor” se demonstrar dedicação e produtividade no campo laboral com receita superavitária em sua gestão financeira pessoal, extrapolando para ações de conquista da fidelidade feminina pela questão material.

Em trabalho de campo (Porto Velho, 2025), estava compartilhando uma carne assada e bebidas em um bar situado na Rua Bolívia, quando um senhor de idade avançada era avacalhado pelos demais membros (todos de idade similar) por não conseguir mais manter relações sexuais (“velho e broxa”). Ao passo disso, ele respondeu, com orgulho, que estava sustentando algumas mocinhas. Ainda nesse dia, uma moça jovem apareceu e lhe pediu dinheiro, recebendo uma nota de cem reais. Após o ocorrido, novamente com muito orgulho, o senhor voltou para a mesa e continuou bebendo sua cerveja. É importante salientar que, mesmo assim, ele continuou sendo alvo de tons depreciativos por não exercer mais a função penetradora.

Outro senhor se gabava de ainda treinar e tomar seu “tadala” dia sim, dia não, o que lhe garantia desempenho sexual acima da média com as meninas novas. Concorrendo com as ideias de Zanello (2018), o dispositivo da eficácia masculina passou, nesta incursão e em tantas outras, pelo desempenho financeiro e sexual acima de uma média estabelecida pela normativa coletiva ou grupal. Pode-se inferir que o desempenho sexual adquire uma importância ainda maior quanto menor for o capital que aquele homem possui, visto que uma das funções não pode ser realizada com grande eficácia.

Essa lógica ajuda a entender por que o trabalho apareceu como uma referência constante entre homens de diferentes orientações sexuais no texto de Baére e Zanello (2020). Ainda assim, a forma como essa dimensão foi mobilizada por gays, bissexuais e heterossexuais não foi a mesma, visto que a intensidade e o significado desse investimento variaram conforme a vivência de cada grupo.

Uma antropologia das sexualidades: atravessamentos

Para Maria Loyola em um estudo exploratório sobre o tema desta seção (2000), os estudos sobre sexualidade na Antropologia no Brasil se iniciaram com os estudos sobre a cultura LGBTQIA+ e sobre as demandas político-sociais do feminismo, essencialmente marcados pelo marxismo, pela psicanálise e pela interpretação da sexualidade nas diferentes classes sociais.

Os primeiros objetos deste estudo socioantropológico foram “as relações entre os sexos; a constituição da sexualidade; sexualidade e identidade; casamento e outras formas de relacionamento sexual-afetivo; planejamento familiar” (Loyola, 2000, p. 03). Neste artigo vamos encontrar alguns desses pontos basilares de uma antropologia das sexualidades, que iremos aqui expor em síntese.

Loyola (2000) aponta que um dos cruciais pontos de análise foi o individualismo presente na classe média brasileira em todas as suas relações, incluindo na questão da sexualidade. Marcado pelo liberalismo, esta visão individualista busca um mundo racional, mas pautado em suas visões ideológicas fundantes: há a noção de uma igualdade (de que somos todos iguais) ao passo que os outsiders/desviantes (Becker, 2008) são considerados ilegítimos. A diferença de sexo e gênero é invocada como uma anormalidade, um tabu ou um pecado (Fernandes, 2017) que deve ser combatido. A individualidade e liberdade do liberalismo não existe, nem no aceite de outras sexualidades (práticas individuais) nem na questão econômica, pois a classe média foi e é massacrada no Brasil, desde a época de Loyola até os dias atuais.

Do outro lado, as mulheres (e ainda mais as mulheres pretas e periféricas) sofrem duplas ou triplas violências de seus corpos (Loyola, 2000). Ao passo que têm sua sexualidade discriminada pelo contexto “liberal conservador” do parágrafo anterior, as mulheres estão submetidas à lógica da vergonha/pouca vergonha, na qual, ter vergonha (estar na norma) é ter filhos, ser dona de casa, e, não ter vergonha (ser desviante) é viver sua sexualidade de forma livre. A estratégia para se integrar minimamente a uma vida sexual aceita socialmente é se casar, colocando a dominação de sua sexualidade ao homem e a reprodução biológica. Loyola (2000) aponta essa dinâmica como constitutiva da cultura das classes trabalhadoras, contudo, preferimos chama-la de lógica colonial e burguesa aplicada às diversas camadas da sociedade, a qual age com menos rigidez quando se está nas partes mais privilegiadas da estrutura social.

Na análise de Loyola (2000) esta cultura das sexualidades brasileiras no século XX só comporta três formas/representações sobre a mulher: ou ela é uma virgem (no caso de mulheres solteiras) ou é fiel (quando está em um relacionamento) ou é uma “puta”, quando vive sua sexualidade de forma não regulamentada pela norma proposta pela masculinidade e a ideologia liberal-burguesa. Ao ser uma “puta” (ou seja: livre e se comportar “como um homem”), a mulher se torna desviante da norma (Becker, 2008) e se torna excluída de alianças, perde sua identidade, é afastada de círculos familiares, religiosos e trabalhistas, colocando em xeque a

sua honra e da família como um todo, em especial dos homens as quais ela culturalmente “deve subserviência” - ao pai quando é solteira e ao marido quando é casada.

Ao mesmo tempo é desenhada uma mulher versátil na cama: desde idos do século XX (Loyola, 2000) até meados de 2024 (Andrade *et al.*, 2025) a mulher vive nesta dicotomia performática entre pureza/depravação, virgindade/experiência, servidão/liberalismo sexual. Creio que a frase “dama na sociedade e puta na cama” vai sintetizar o esperado da performance privada e pública da mulher para a masculinidade hegemônica.

O homem que compartilha da masculinidade hegemônica vai exigir que a mulher esteja ao seu dispor em várias esferas da vida social. Aleitura exploratória de Loyola (2000), assim como as investigações do nosso grupo de pesquisa (Andrade *et al.*, 2025) - que, por sua vez, também sintetizam estudos recentes -, nos permitem afirmar que entre o “homem médio” e o “misógino *redpill*” há uma diferença tênue. Enquanto o primeiro é amplamente aceito na sociedade, o segundo ainda encontra validação apenas em círculos menores. Contudo, o objetivo é o mesmo para ambos, o controle sobre as vidas e as sexualidades femininas, como uma espécie de biopoder (Foucault, 2008).

Outro elemento que podemos destacar da análise de Loyola e de pesquisas mais recentes é que a mulher que tem filhos e está solteira não está mais elegível ao bom matrimônio. Por não ser mais virgem, está em uma categoria desviante da mulher ideal. A questão da maternidade traz um nó cultural mais forte, de que o prazer feminino - que eventualmente pode levar à gravidez - deve ser descolado da ideia de ser mulher socialmente aceita. Ao passo que homens engravidam mulheres e não assumem seus filhos (homens traem, batem, enganam, vivem sua vida sexual livremente) às mulheres do século XX e da segunda década do século XXI isto é proibido.

Considerada tal importância temporal, faz-se necessário agora debater a relação entre etnologia indígena e sexualidade, como forma de estabelecer contrapontos ou aproximações entre a sociedade aqui estudada (“ocidental”) e as demais (não ocidentais). Apesar do escasso volume de estudos – se comparado a outros temas na etnologia indígena -, a questão da sexualidade tem sido tratada principalmente sob duas vertentes, como aponta Belaunde (2015, p. 402), “duas linhas teóricas principais serviram de guia para as monografias: uma psicanalítica, de corte freudiano, e outra estruturalista, que enfatizava os papéis da troca e do pensamento simbólico como fundamentos do social”.

Entre os Munduruku, o relato de Murphy e Murphy (1974) permite problematizar a masculinidade hegemônica como um dispositivo coletivo de contenção e controle diante da ansiedade masculina em relação à eficácia sexual e ao poder. A chamada “ideologia da dominação masculina”, sustentada por rituais e símbolos, pode ser interpretada como um esforço para mascarar a fragilidade e os medos dos homens frente ao “poder irredutível” da sexualidade feminina, que ameaça desestabilizar a ordem pretendida. Nesse sentido, a masculinidade hegemônica não é apenas um exercício de dominação, mas também uma estratégia de autopreservação simbólica diante da possibilidade de impotência, de perda de autoridade ou de revelação da precariedade do poder masculino. Ao se afirmar como verdade coletiva, esse modelo opera como um mecanismo de compensação que busca manter os homens coesos na crença de sua superioridade, ainda que cotidianamente as mulheres resistam, questionem e desmontem essa ficção de eficácia.

Um dos elementos centrais debatidos pela intersecção entre Antropologia e Sexualidade é justamente aquilo que é considerado natural ou uma construção social, o que Zanello (2022) dedicou integralmente o primeiro capítulo da obra citada. Vance (1995) também vai aprofundar, dentro da Antropologia, tal discussão e aqui pretendemos estabelecer conexões entre-intratextos. Primeira questão é que ambas as autoras apontam o fundamental papel do movimento feminista para definir o que são estruturas biológicas e estruturas sociais, especialmente quando o capitalismo patriarcal quer afirmar que a mulher (e o homem) agem de tal forma devido aos seus aparelhos biológicos e reprodutores (Vance, 1995; Zanello, 2022).

Estabelecendo um paralelo com a afirmação de Vance (1995, p. 10) de que a análise das diversas formas de ser mulher pela Antropologia/Sociologia/Estudos Feministas “minou a noção de que os papéis das mulheres, que variavam tão amplamente, pudessem ser determinados por uma sexualidade e reprodução humana aparentemente tão uniformes.” Da mesma forma, a noção de masculinidade enquanto unicamente ligada ao aspecto biológico (da força, da testosterona e da violência) não podem explicar a totalidade do que é ser homem. O que vai explicar tais configurações de gênero e sexualidade é, na verdade, a cultura. Ademais, considerando que a sexualidade e o gênero são sistemas integrados que atribuem significados sociais aos sujeitos, é preciso estudá-los de forma separada e integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida neste artigo buscou tensionar os limites convencionais da observação participante ao discutir a presença do pesquisador como sujeito implicado nas dinâmicas que investiga. Ao abordar as sexualidades masculinas em contextos periféricos e as práticas associadas ao uso de fármacos para desempenho sexual, evidenciou-se que a produção de conhecimento nesse campo envolve necessariamente dimensões corporais, morais e experienciadas que desafiam a separação clássica entre sujeito e objeto de pesquisa. Nesse sentido, a autoetnografia emerge como um recurso analítico capaz de explicitar tais implicações, não como mera narrativa autobiográfica, mas como estratégia epistemológica de problematização.

O conceito de “oxímoro da observação participante”, mobilizado ao longo do texto, permite evidenciar o caráter paradoxal da investigação antropológica quando o pesquisador compartilha universos simbólicos, práticas e disposições culturais com os interlocutores da pesquisa. Ao reconhecer essa condição, abre-se espaço para uma ciência social mais reflexiva, consciente de seus limites e de suas implicações éticas e políticas.

Assim, mais do que oferecer respostas conclusivas, o artigo propõe ampliar o debate sobre as formas de produzir conhecimento acerca das sexualidades masculinas, indicando que a incorporação da reflexividade e da experiência vivida pode constituir um caminho fecundo para compreender fenômenos sociais complexos que atravessam corpo, desejo, moralidade e ciência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. A. O.; COSTA, S. O.; FERNANDES, C. A.; OLIVEIRA, W. L.; IGUCHI, A.; SOUZA, A. A. A casa dos homens e movimento Redpill/MGTOW: etnografia de grupos misóginos em redes sociais no Brasil. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 12, n. 1, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/amp/article/view/9095>.

ANZALDÚA, G. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2021.

BAÉRE, F.; ZANELLO, V. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. **Psicologia em Estudo**, v. 25, e44147, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44147>.

- BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BELAUNDE, L. E. O estudo da sexualidade na etnologia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 399-411, 2015.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P. **O que falar quer dizer: a economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (coord.). **Atlas da violência 2025**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165>. Acesso em: 11 mar. 2026.
- DÍAZ, J. H. L. Cathinones and viagra in chemsex: an autoethnography of touch, masculinities and aesthetics. **Psicologia & Sociedade**, v. 36, e290324, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36290324>.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de Lewis H. Morgan**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FERNANDES, E. R. “Existe índio gay?”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Prismas, 2017.
- FAVRET-SAADA, J. Être affecté. **Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie**, n. 8, p. 3-9, 1990.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LOYOLA, M. A. A antropologia da sexualidade no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 10, p. 143-167, 2000.
- MURPHY, Yolanda; MURPHY, Robert F. **Women of the forest**. New York: Columbia University Press, 1974.
- VANCE, C. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-32, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311995000100001>.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 460-482, 2001.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, V. **A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações.** Curitiba: Appris, 2022.

Recebido em: 11 mar. 2026.

Aprovado em: 08 mai. 2026.

Publicado em: 27 mai. 2026.